

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM,
DE UM LADO, O SERVIÇO SOCIAL DO
TRANSPORTE – SEST E SERVIÇO
NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO
TRANSPORTE – SENAT E, DE OUTRO, A
EMPRESA TRIVALE ADMINISTRAÇÃO
LTDA. (PROCESSO Nº 00160/19).**

CONTRATANTES: SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE – SEST, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 73.471.989/0001-95, e **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE – SENAT**, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 73.471.963/0001-47, ambas com sede na cidade de Brasília/DF, no SAUS, Quadra 01, Bloco “J”, 12º andar, no Edifício Clésio Andrade - CEP: 70.070-944, neste ato representadas pela Diretora Executiva Nacional do SEST SENAT, Sra. **NICOLE GOULART**, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 019.189.441-99 e inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, sob o nº 32.639, e pelo Diretor Adjunto do SEST SENAT, Sr. **VINICIUS LADEIRA MARQUES DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 33773245397731 SSP/GO, inscrito no CPF nº 831.641.541-00, doravante denominados **CONTRATANTES**.

CONTRATADA: TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.604.122/0001-97, localizada em Uberlândia/MG, na Rua Machado de Assis, 904, Centro, CEP 38400-112, neste ato representada por **VITOR FLORES DE DEUS**, brasileiro, solteiro, Analista de Mercado Público, portador da Cédula de Identidade MG nº 16.254.081, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF nº 099.822.686-60, doravante denominada **CONTRATADA**.

Considerando o constante no Processo Administrativo nº 00160/19, as partes acima identificadas têm entre si, justo e acordado, o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 084/2019, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do SEST e do SENAT e de acordo com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é o fornecimento de vale-refeição e/ou vale-alimentação, especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão eletrônico, com chip e senha pessoal para os colaboradores do SEST SENAT, conforme condições, quantidades e exigências constantes do Edital e seus anexos.

Nicole Goulart
Diretora Executiva Nacional do
SEST SENAT

Vinicius Ladeira
Diretor Adjunto do SEST SENAT

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações para a realização do objeto do presente Contrato estão descritas nos seguintes documentos:

2.1.1. Processo Administrativo nº 00160/19;

2.1.2. Edital do Pregão Eletrônico nº 084/2019 e seus anexos; e

2.1.3. Proposta da CONTRATADA.

2.2. Os documentos acima mencionados passam a fazer parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, prevalecendo sempre as condições e cláusulas estabelecidas neste instrumento quando de alguma forma conflitantes com o contido no anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta meses), desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

3.2. Os serviços tenham sido prestados regularmente.

3.2.1. As CONTRATANTES mantenham interesse na realização do serviço e justifique por escrito no processo de contratação a necessidade da prorrogação.

3.2.2. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para as CONTRATANTES.

3.2.3. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação e mantenha as mesmas condições de habilitação.

3.2.4. A CONTRATADA não tenha direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O Valor Total da Contratação é de R\$ 37.090.783,08 (trinta e sete milhões, noventa mil, setecentos e oitenta e três reais e oito centavos), sendo R\$ 20.128.273,86 (vinte milhões, cento e vinte e oito mil, duzentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos) para o SEST e R\$ 16.962.509,22 (dezesseis milhões, novecentos e sessenta e dois mil, quinhentos e nove reais e vinte e dois centavos) para o SENAT, com Taxa de Administração de - 5,75% (desconto), conforme descrito no quadro abaixo:

SERVIÇO	QUANT.	VALOR	MESES	TOTAL/ANO
Valor Base Anual		R\$ 39.353.616,00		
Taxa de administração	1 taxa	- 5,75% (desconto)	12	- R\$ 2.262.832,92
Valor de entrega	1 (cotar por unidade)	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00
Valor de emissão	1 (cotar por unidade)	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00
Valor de remissão	1 (cotar por unidade)	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00
Valor Anual Contratado		R\$ 37.090.783,08		R\$ 37.090.783,08

Nicóla Goulart
Diretora Executiva Nacional do
SEST SENAT

Vinicius Ladeira
Diretor Adjunto do SEST SENAT

SAUS Quadra 1, Bloco "J", Ed. CNT | Brasília-DF | Tel.: (61) 3315.7000 | Fax: (61) 3223.2915 | CEP: 70070-944

Fale com o SEST SENAT: 0800 728 2891 | www.sestsenat.org.br

2

ASSIN

4.2. No valor mencionado no item anterior, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e (ou) impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista nos orçamentos do SEST e do SENAT.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 30 (trinta) dias após o atesto da Nota Fiscal/Nota Débito, contra a apresentação da documentação fiscal correspondente, devidamente aprovada e atestada pelo setor responsável das CONTRATANTES, acompanhada dos seguintes documentos, dentro do prazo de validade:

- a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive abrangendo as Contribuições Sociais, conforme a Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF emitido pela Caixa Econômica Federal;
- c) Prova de quitação com as Fazendas Estadual e Municipal.

6.2. A CONTRATADA é obrigada a fazer constar na Nota Fiscal/Nota de débito os dados bancários para pagamento (banco, conta corrente, nome, agência bancária), bem como o número do processo e o número do Pregão correspondente.

6.2.1. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à área financeira das CONTRATANTES, por escrito, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação dos mesmos.

6.3. Verificada a irregularidade dos documentos, na forma mencionada neste item, a CONTRATADA será advertida, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize a situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério das CONTRATANTES.

6.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, as CONTRATANTES deverão comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5. Persistindo a irregularidade, as CONTRATANTES deverão adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

Nicole Goulart
Diretora Executiva Nacional do
SEST SENAT

Vinicius Ladeira
Diretor Adjunto do SEST SENAT

6.6. Caso a CONTRATADA não regularize a situação e havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

6.7. O ônus do prazo de compensação e de todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito correrá por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL

7.1. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas e entregues às CONTRATANTES no mês de sua emissão, até o dia 20, impreterivelmente.

7.2. Excepcionalmente, mediante prévia e expressa anuência das CONTRATANTES, poderá vir a ser emitida Nota Fiscal após o dia 20 de cada mês. Neste caso, a entrega da Nota Fiscal deverá ocorrer até o dia 30 do mês de sua emissão e vir acompanhada do documento que autorizou sua emissão.

7.3. A CONTRATADA deverá atender ao disposto neste item mesmo no caso de haver necessidade de emissão da Nota Fiscal de venda para dar suporte à nota fiscal de remessa de produto, atentando-se para o período de transporte, recebimento e montagem, observando o disposto no subitem anterior, sob pena de recusa do recebimento dos produtos, por não se enquadrarem nas premissas definidas no Termo de Referência.

7.4. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. A presente contratação não será reajustada após o período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS E ESPECIFICAÇÕES

9.1. A contratação de pessoa jurídica, especializada ocorrerá de acordo com as especificações abaixo:

- a) Vale-Refeição em cartão eletrônico, com chip e senha pessoal, para aquisição de refeições em estabelecimentos comerciais credenciados (restaurante, lanchonete, padaria ou similar);
- b) Vale-Alimentação em meio eletrônico, cartão eletrônico, com chip e senha pessoal, para aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade, em estabelecimentos comerciais credenciados (hipermercado, supermercado, armazém, mercearia, açougue, peixaria, hortimercado, comércio de laticínios e/ou frios).

9.2. A CONTRATADA deverá comprovar, mediante apresentação de relação escrita, como requisito obrigatório, que possui rede de estabelecimentos credenciados, a qual deverá estar

Nicole Goulart
Diretora Executiva Nacional do
SEST SENAT

Vinicius Ladeira
Diretor Adjunto do SEST SENAT

de acordo com o determinado pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador sendo imprescindível que:

- a) Vale-Refeição – contemple, no rol de estabelecimentos comerciais credenciados (restaurante, lanchonete, padaria ou similar, em torno de cada um dos endereços indicados no Anexo I do Termo de Referência (relação de Unidades Operacionais).
- b) Vale-Alimentação – contemple redes de estabelecimentos comerciais credenciados dentre hipermercados, supermercados, armazéns, mercearias, açougues, peixarias, hortimerçados, comércio de laticínios e/ou frios, em torno de cada um dos endereços indicados no Anexo I do Termo de Referência (relação de Unidades Operacionais).

9.3. As CONTRATANTES poderão a qualquer tempo sugerir o credenciamento de novos estabelecimentos, além da rede apresentada pela CONTRATADA, visando o atendimento dos beneficiários. Diante dessa necessidade, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 15 (dias) dias corridos para avaliar a solicitação escrita. Justifica-se esta cláusula para que haja estabelecimentos em todas as localidades onde houver Unidades Operacionais.

9.4 A CONTRATADA deverá comprovar, sempre que solicitado, que possui estabelecimentos credenciados para aceitação dos cartões eletrônicos Vale Refeição e Vale Alimentação, compatível com as localidades da prestação de serviços e com o número de empregados, que deverão ser mantidos durante toda a vigência do contrato.

9.5. O reembolso aos estabelecimentos credenciados deverá ser efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, independentemente da vigência do contrato, ficando claro que as CONTRATANTES não responderão solidária nem subsidiariamente por esse reembolso.

9.6. A CONTRATADA deverá manter, nos estabelecimentos credenciados e/ou afiliados à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.

9.7. A CONTRATADA deverá administrar e fornecer o objeto da presente licitação, conforme solicitação, englobando as obrigações constantes no presente documento.

9.8. Na administração e fornecimento do Vale-Alimentação e Vale-Refeição, a CONTRATADA deverá observar o que segue:

- a) O fornecimento do objeto dar-se-á conforme solicitação mensal das CONTRATANTES na qual serão informados as quantidades e os valores a serem creditados em cada cartão eletrônico, observando-se os prazos;
- b) A carga dos créditos de Vale-Alimentação e Vale-Refeição deverá ser disponibilizada mensalmente nos respectivos cartões eletrônicos, de acordo com o pedido operacionalizado.

9.9. A validade dos créditos de Vales-Alimentação e Vale-Refeição não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

9.10. Os valores de crédito do Vale-Alimentação e Vale-Refeição não utilizados no período de validade acima referido deverão ter sua validade renovada a cada nova recarga ou a pedido da CONTRATADA.

9.11. A CONTRATADA deverá dispor de sistema em meio eletrônico para realização das seguintes funcionalidades mínimas:

- a) Operações de cadastro;
- b) Emissão e cancelamento de cartões;

Nicole Goulart
Diretora Executiva Nacional do
SEST SENAT

Vinicius Ladeira
Diretor Adjunto do SEST SENAT

- c) Emissão e cancelamento de pedidos;
- d) Consulta de saldos e extratos;
- e) Emissão de relatórios;
- f) Consulta de faturamentos e nota fiscal.

9.12. A CONTRATADA, quando solicitada, deverá disponibilizar relatórios gerenciais com as seguintes informações mínimas:

- a) Nome do empregado das CONTRATANTES, número do cartão, data e valor do crédito concedido;
- b) Local, data e valor da utilização dos créditos pelos empregados das CONTRATANTES na rede de estabelecimentos credenciados/afiliados;
- c) Quantidade de cartões eletrônicos refeição e alimentação reemitidos para cada empregado das CONTRATANTES.

9.13. Deverão ser disponibilizados pela internet, através de senha pessoal, os seguintes serviços para os empregados/usuários dos cartões refeição e alimentação:

- a) Consulta de saldo dos cartões eletrônicos;
- b) Consulta de rede afiliada atualizada via Internet;
- c) Comunicação de perda, roubo, extravio ou dano através de central telefônica;
- d) Solicitação de segunda via de cartão eletrônico e solicitação de segunda via de senha através de central telefônica.

9.14. A CONTRATADA deverá dispor de central de atendimento telefônico para atendimento aos empregados, com horário de funcionamento nos dias úteis de, no mínimo, das 8h às 18h.

9.15. O valor mensal de face vigente do Vale será informado pelo Departamento Executivo Nacional.

9.16. As CONTRATANTES poderão solicitar o cancelamento ou estorno de créditos nos cartões eletrônicos fornecidos aos seus colaboradores.

9.17. O valor de face poderá ser revisto a critério do Departamento Executivo Nacional, mediante proposta elaborada pela Coordenação de Departamento Pessoal.

9.18. O quadro atual das CONTRATANTES é de 5.202 beneficiários, conforme tabela abaixo:

CONTRATANTES	BENEFICIÁRIOS
SEST	2.823
SENAT	2.379
TOTAL	5.202

a) O número de funcionários possui o seguinte desmembramento:

CONTRATANTES	BENEFICIÁRIOS
SEST – Departamento Executivo	200
SENAT – Departamento Executivo	91
SEST – Unidades Operacionais	2.623
SENAT – Unidades Operacionais	2.388
TOTAL	5.202

Nicole Goulart
Diretora Executiva Nacional do
SEST SENAT

Vinicius Ladeira
Diretor Adjunto do SEST SENAT

- 9.18.1 A quantidade a ser contratada poderá sofrer eventual acréscimo ou redução do quadro, em até 25% (vinte e cinco por cento), em variação da flutuação do quadro de pessoal.
- 9.19. Em caso de furto, roubo, perda, extravio, clonagem ou imperfeições no cartão eletrônico, a CONTRATADA terá no máximo 5(cinco) dias úteis para confeccionar outro cartão, sendo que os créditos já deverão estar disponíveis, quando do recebimento do mesmo.
- 9.20. A distribuição dos valores entre os cartões será definida pela Coordenação de Departamento Pessoal das CONTRATANTES, podendo ser alterada, com 30 dias de antecedência.
- 9.21. Caberá às CONTRATANTES informar à CONTRATADA os valores para cada cartão.
- 9.22. O crédito deverá ser disponibilizado nos cartões de cada espécie, de acordo com a data informada no pedido, tendo como limite 03 (três) dias úteis da solicitação.
- 9.23. Os cartões eletrônicos de alimentação e refeição deverão conter obrigatoriamente os seguintes dados: razão social das CONTRATANTES; nome do colaborador; - validade do cartão (opcional); - número do cartão.
- 9.24. A validade dos cartões eletrônicos deverá ser no mínimo, de 12 (doze) meses.
- 9.25. Disponibilizar para os usuários informações eletrônicas (em site ou aplicativos) sobre uso, redes credenciadas e manual para esclarecimento de dúvidas relativas a operação do cartão.
- 9.26. Na implantação do contrato, os cartões eletrônicos (Alimentação e Refeição), deverão ser entregues em um lote único, em até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação formal, que pode ser inclusive por e-mail.
- 9.27. Nas inclusões e segunda via de cartões, os mesmos deverão ser fornecidos em até 07 (sete) dias úteis a contar à data da solicitação.
- 9.28 O objeto deverá ser entregue nos endereços indicados no Anexo I do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO LOCAL DE EXECUÇÃO

- 10.1. Os serviços deverão ser fornecidos para o Departamento Executivo Nacional e para as Unidades Operacionais listadas no Anexo I (Relação De Unidades Operacionais) do Termo de Referência.
- 10.2 Além da relação de Unidades Operacionais previstas no Anexo I e no Documento Base, registre-se que outras Unidades Operacionais do SEST SENAT poderão ser incorporadas ao contrato em virtude de futuras inaugurações ou instalações de novas Unidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços conforme especificações, condições e prazos previstos no Termo de Referência;
- b) Substituir ou corrigir as questões de operação e fornecimento de cartões, nos prazos indicados neste documento, arcando com as despesas decorrentes de produção e envio, os cartões que apresentem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer

Nicole Goulart
Diretora Executiva Nacional do
SEST SENAT

Vinicius Ladeira
Diretor Adjunto do SEST SENAT

irregularidades que comprometam a qualidade dos serviços, ou que estejam em desacordo com as especificações do Termo de Referência e seus anexos, detectado na execução ou entrega dos serviços;

c) Assumir todas as despesas de qualquer natureza da entrega objeto contratado no prazo e local estabelecido neste documento, inclusive as despesas relativas a fornecimentos, correções e ajustes;

d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente às CONTRATANTES ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante o período de execução dos serviços, não implicando corresponsabilidade das CONTRATANTES ou de seus empregados;

e) Obter e manter em vigor, as suas expensas, quaisquer licenças ou autorizações que sejam necessárias para a execução dos serviços;

f) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

g) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, em relação aos seus empregados, cuja inadimplência não transfere responsabilidade às CONTRATANTES;

h) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do instrumento contratual;

i) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas CONTRATANTES, obrigando-se a responder no prazo de 5 (cinco) dias úteis após solicitação de esclarecimentos, bem como dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento;

j) A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, podendo este prazo ser prorrogado a critério exclusivo das CONTRATANTES, em face de eventual necessidade operacional;

k) Não será admitida a subcontratação do objeto deste Contrato.

11.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar o (s) acréscimo (s) ou supressão (ões) que se fizer (em) necessário (s), até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, conforme necessidade da CONTRATANTES.

11.3. A CONTRATADA deverá comprovar, mediante apresentação de relação escrita, como requisito obrigatório, que possui rede de estabelecimentos credenciados, a qual deverá estar de acordo com o determinado pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego, nas quantidades mínimas descritas no Anexo III do Termo de Referência, no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS CONTRATANTES

12.1. Será de responsabilidade das CONTRATANTES:

a) Atestar a nota fiscal e efetuar o pagamento, observadas as condições estabelecidas neste documento e em seus anexos;

b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Nicole Goulart
Diretora Executiva Nacional do
SEST SENAT

Vinicius Ladeira
Diretor Adjunto do SEST SENAT

- c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização do instrumento contratual, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- d) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do instrumento contratual, fixando prazo para a sua correção;
- e) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- f) Comunicar à CONTRATADA sobre possíveis irregularidades observadas nos serviços executados, para imediata correção;
- g) Verificar a regularidade da CONTRATADA antes do pagamento.

12.2. A gestão do contrato será realizada pela Coordenação de Departamento Pessoal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

13.1. Todas as informações gerenciadas pela CONTRATADA deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer divulgação a terceiros.

13.1.1. No caso de violação do compromisso de confidencialidade, sujeitar-se-á a CONTRATADA à indenização por perdas e danos patrimoniais e morais e/ou lucros cessantes decorrentes da quebra do sigilo, salvo se ficar comprovado que a divulgação ocorreu por motivo de caso fortuito ou força maior, obrigação legal ou inexistência de culpa ou dolo.

13.1.2. Na ocorrência de perda de informações confidenciais das CONTRATANTES, a CONTRATADA deverá notificar por escrito as CONTRATANTES, imediatamente, para providências.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Ficará impedida de licitar e contratar com as CONTRATANTES e, será descredenciada do seu sistema de cadastro, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais, a empresa que:

- a) Não assinar o Contrato dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de apresentar os documentos exigidos no Edital;
- c) Apresentar declaração ou documentos falsos;
- d) Não manter a proposta de preços;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Falhar ou fraudar na execução do objeto contratado; e
- h) Descumprir prazos.

14.2. Além das penalidades anteriores, na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o Contrato ou a receber o Pedido de Compras ou negar-se a entregar o objeto licitado, conforme os prazos estabelecidos, as CONTRATANTES poderão optar pela adjudicação às licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, condições e prazos estabelecidos no Edital, sujeitando a empresa à aplicação das penalidades cabíveis:

Nicole Goulart
Diretora Executiva Nacional do
SEST SENAT

Vinicius Ladeira
Diretor Adjunto do SEST SENAT

- a) Advertência;
 - b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso no fornecimento de cartões ou disponibilização dos serviços e, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida no caso de atraso maior que 15 dias, podendo ser descontada de pagamento devido à CONTRATADA, cobrada mediante a emissão de boleto bancário ou por ação judicial;
 - c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado à CONTRATADA, no caso de recusa de assinatura do Contrato ou ainda no caso de inexecução total da entrega dos produtos ou prestação dos serviços previstos no Contrato, podendo ser descontada de pagamento (s) devido (s) à CONTRATADA, descontada da garantia eventualmente prestada, cobrada mediante a emissão de boleto bancário ou por ação judicial;
 - d) Suspensão do direito de licitar ou contratar com as CONTRATANTES por até 02 (dois) anos, que poderá ser aplicada em conjunto com outras penalidades.
- 14.3. Caberá a aplicação das penalidades previstas no Edital, isolada ou cumulativamente, após a notificação do licitante, sendo facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.
- 14.4. O valor da multa aplicada poderá ser descontado do pagamento devido ou por meio de depósito bancário. Caso a multa devida não seja paga, será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

- 15.1. A rescisão deste contrato poderá ocorrer a qualquer tempo, por parte das CONTRATANTES, bastando para tanto a comunicação formal, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 15.2. Em caso de descumprimento, por qualquer uma das partes, de qualquer cláusula prevista neste contrato, ocorrerá a rescisão automática deste, bastando para tal uma comunicação formal, por escrito, em até 7 (sete) dias corridos da data da infração.
- 15.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
- 15.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 15.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 15.3.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

- 16.1. É vedado à CONTRATADA:
- 16.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
 - 16.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte das CONTRATANTES, salvo nos casos previstos em lei;
 - 16.1.3. Subcontratar ou ceder, no todo ou em parte os direitos, obrigações ou atividades decorrentes deste Contrato, sem autorização prévia e expressa das CONTRATANTES, sob pena de pagar uma multa de 5 (cinco) vezes o valor do presente contrato.

Nicole Goulart
Diretora Executiva Nacional do
SEST SENAT

Vinícius Ladeira
Diretor Adjunto do SEST SENAT

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelo Regulamento de Licitações e Contratos do SEST e do SENAT.

17.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelas CONTRATANTES, segundo as disposições contidas no Regulamento de Licitações e Contratos do SEST e do SENAT e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

19.1. As partes declaram ter plena ciência quanto às normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, mas não se limitando, a *Lei Anticorrupção* nº 12.846/2013 e seus regulamentos e se comprometem a cumpri-las fiel e estritamente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento por terceiros eventualmente contratados por elas.

19.2. Paralelamente, a CONTRATADA declara deter plena ciência quanto ao Código de Ética e Conduta do SEST SENAT, o qual anui em sua plenitude, cujas regras e orientações se obriga fielmente a cumprir.

19.3. Ambas as partes, desde já, se obrigam ao cumprimento de qualquer uma de suas disposições, aí incluído:

19.3.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente; e

19.3.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

19.4. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa expressa para a rescisão unilateral deste Instrumento, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

Nicole Goulart
Diretora Executiva Nacional do
SEST SENAT


Vinicius Ladeira
Diretor Adjunto do SEST SENAT

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o de Brasília/DF, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** em 2 (duas) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo-assinadas que a tudo assistiram, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Brasília – DF, 11 de *dezembro* de 2019.



SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE
NICOLE GOULART

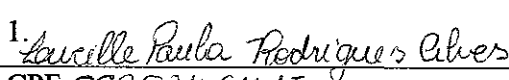


SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE
VINÍCIUS LADEIRA MARQUES DE SOUSA



TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA.
VITOR FLORES DE DEUS

TESTEMUNHAS:

1. 
CPF: 669.974.611-15

2.

CPF: